



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA
ESCOLAR NA FORMAÇÃO DO LEITOR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Telma Santos Fernandes

Fortaleza, CE, Brasil

2011

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NA FORMAÇÃO DO LEITOR

por

Telma Santos Fernandes

Monografia apresentada ao Curso de Especialização à Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Maria Elizabete Londero Mousquer

Fortaleza, CE, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NA
FORMAÇÃO DO LEITOR**

elaborada por

Telma Santos Fernandes

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a. Maria Elisabete Londero Mousquer, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/ Orientadora)

Prof^a. Neila Pedrotti Drabach, Ms. (UFSM)

Prof. Reinodo Marquezan, Dr. (UFSM)

Fortaleza, 16 de setembro de 2011.

*Ao meu esposo Paulo Régis,
pela paciência e compreensão.*

*Aos meus filhos,
Paulo Ricardo e Júlio César,
que muito alegram nossas vidas.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que essa especialização se tornasse tão significativa para mim: professores, tutores presenciais e à distância. Agradeço ao Estado, através da parceria UAB (Universidade Aberta do Brasil), UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) e a Prefeitura Municipal de Fortaleza, por nos propiciar essa formação contínua. Sabemos que é seu dever formar bons educadores para o desenvolvimento de uma boa educação para todos. Mas, que, diante das dificuldades que vivenciamos de investimentos nessa área, fico agradecida por ter tido essa oportunidade que em muito contribuiu para a sequência dos meus estudos.

Um especial agradecimento a minha orientadora, Professora Bete, que depositou em nós, desde os nossos primeiros encontros, confiança e otimismo. E, com muita paciência e segurança, me fez ver o óbvio (abordar um tema que vivencio em minha prática como formadora de leitores), e que durante todo o curso não consegui enxergar. E assim pude debruçar-me com prazer a um tema que muito me agrada.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NA FORMAÇÃO DO LEITOR

AUTORA: TELMA SANTOS FERNANDES
ORIENTADORA: MARIA ELIZABETE LONDERO MOUSQUER
Fortaleza/CE, 16 de setembro de 2011.

A importância da gestão escolar democrática participativa na formação do leitor da educação básica constituiu o eixo central dessa pesquisa bibliográfica. A fim de identificar e reconhecer a concepção de diversos autores que se debruçam sobre esse tema, buscamos compreender os princípios que norteiam a gestão democrática, que são o Conselho Escolar, o Projeto Político Pedagógico, eleição para diretores e a descentralização financeira, para então identificar como eles poderão interferir positivamente na busca de reproduzir nas escolas, crianças e jovens leitores em seu sentido mais amplo. Que não sejam capazes apenas de decifrar o código da escrita, e sim, que possam compreender, refletir, interpretar, criticar, ler as entrelinhas e desenvolver o gosto pela leitura. Bem como abrir caminho para mudanças de atitudes, de valores, promovendo avanços na vida escolar, pessoal e profissional. Foi nesse sentido que a pesquisa se enveredou, buscando entender porque a escola atual não vem satisfazendo essas necessidades, se essa é um dos seus princípios fundamentais, e como a gestão democrática pode promover avanços significativos na formação do leitor, uma vez comprometida com seus princípios norteadores. Constatamos que a intervenção direta da gestão com os professores, promovendo estudos, planejamentos e uma formação contínua, visando desenvolver também no professor o gosto pela leitura, seria um dos pontos cruciais, pois estes são os que mais têm contato com os estudantes e que podem provocar a verdadeira mudança. Levar também os pais para a escola, fazendo-os perceber o papel do adulto na formação da leitura nas crianças. E vimos por último, como o trabalho da biblioteca escolar pode contribuir de forma indispensável, com o apoio da gestão escolar, com a literatura infanto-juvenil para desenvolver o gosto pela leitura e possibilitar a formação para a cidadania.

Palavras-chave: Gestão escolar. Democracia. Leitor.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NA FORMAÇÃO DO LEITOR

IMPORTANCE OF DEMOCRATIC SCHOOL MANAGEMENT IN READERS
FORMATION

AUTHOR: TELMA SANTOS FERNANDES
ADVISER: MARIA ELIZABETE LONDERO MOUSQUER

Fortaleza, 16 de setembro de 2011.

The importance of democratic participative school management in formation of readers of the elementary education was the central axis of this bibliographic research. In order to identify and recognize the conception of many authors who focus on this subject, we attempt to understand the principles that guide the democratic management, which are the School Council, the Pedagogical Political Project, election of directors and financial decentralization, and then identify how they can positively interfere in the pursuit of reproduce in schools children and young readers in their widest sense. That they are not only able to decipher the code written, but they can understand, reflect, interpret, criticize, read between the lines and develop a taste for reading. As well as pave the way for changing attitudes and values, promoting advances in their personal, professional and school life. It was in this sense that the survey was conducted, trying to understand why the current school is not satisfying these needs, whether it's one of its fundamental principles, and how the democratic management can promote significant advances in the formation of the reader, once committed to its guiding principles. We realize that the direct intervention of management with teachers, promoting studies, planning and a continuous training, also in order to develop a taste for reading in the teachers, would be one of the crucial points, as these are the ones that have more contact with students and can lead to real change. Also take parents to school, making them realize the role of adults on the formation of reading in children. And lastly, we have seen as the work of the school library can play an indispensable role, with the support of school management, with literature for children and youth to develop a taste for reading and allow the formation for citizenship.

Key-words: School Management. Democracy. Reader.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I - GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA	12
1.1 Introdução da gestão escolar democrática no Brasil.....	12
1.2 Conselho Escolar.....	15
1.3 Projeto Político Pedagógico.....	17
1.4 Eleição direta para diretor.....	19
1.5 Descentralização financeira.....	20
CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO DO LEITOR SEGUNDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE	22
CAPÍTULO III - CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR	25
CAPÍTULO IV - A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA FORMAÇÃO DO LEITOR	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	35

INTRODUÇÃO

A educação brasileira vem sendo palco desde sua colonização, de modelos autoritários de gestão. Esse modelo criou uma sociedade passiva, que tem dificuldade em cobrar mudanças e reconhecer direitos que tem e que são atualmente consagrados na forma da lei. O imobilismo social, principalmente das classes mais desfavorecidas, aliado ao modelo econômico capitalista não permitiu que a qualidade da educação viesse concretizar um de seus preceitos básicos para que se possa ter um mínimo de qualidade nos estudos que é a formação do leitor. Quando falamos em formação do leitor, buscamos compreender o leitor no sentido de que seja capaz não apenas de decifrar o código da escrita, mas sim capaz de interpretar criticamente, acompanhar satisfatoriamente seus estudos e provocar mudanças em sua qualidade de vida.

Considerando que um dos objetivos da Educação Básica explícito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/1996, é o pleno domínio da leitura, vivemos então um paradoxo: temos um direito que é concedido por lei, mas que não é compreendida pela grande maioria da população, justamente pela sua limitada capacidade de leitura, em decorrência da precária formação básica. Nesse contexto, o problema da presente pesquisa delimita-se no seguinte questionamento: por que o processo de formação do leitor ainda tem sido um grande entrave para a educação brasileira?

A qualidade da educação está ligada diretamente a leitura, pois as pessoas que têm o hábito de ler apresentam mais instruções e acesso às informações e conhecimentos que se encontram muitas vezes impressos. E como esse modelo de gestão escolar autoritária e centralizadora que vem se reproduzindo desde o início da colonização do país e que prevalece na grande maioria dos municípios não é capaz de atender os objetivos mínimos da educação básica, acreditamos que uma gestão democrática e participativa poderá oferecer melhores condições de responder a uma formação de um leitor que seja capaz de compreender, interpretar, reconstruir e questionar o que ler.

Nessa perspectiva, tentamos compreender como uma gestão democrática pode contribuir para a formação do leitor. Para isso, desenvolvemos nesse trabalho monográfico através de uma pesquisa bibliográfica, no sentido de conhecer melhor a

opinião de autores que se debruçam sobre esse tema e buscam compreender a realidade da educação básica, suas dificuldades e entraves que impedem que se atinja o objetivo da formação do leitor.

A pesquisa bibliográfica tem como característica, a busca por fontes variadas como livros, publicações em periódicos, internet e outros impressos. Assim, nos foi possível encontrar variadas contribuições sobre o tema e conhecer as diversas opiniões na área, prevalecendo, no entanto, a pesquisa em livros de autores estudiosos do assunto.

Não podemos negar também a experiência que trazemos com a formação de leitores na Educação Infantil e Ensino Fundamental na biblioteca de uma escola, situada na capital cearense, e que nos permite uma visão prática da realidade. Apesar do tema ser bastante explorado e o senso comum possuir possíveis respostas para o problema, o fato é que as práticas estão em sua grande maioria distorcidas e arcaicas. Buscamos, portanto, discutir o papel da gestão escolar para viabilizar soluções que de fato provoquem mudanças substanciais e apresentem resultados positivos na formação de leitores de verdade.

No primeiro Capítulo, apresentamos uma exposição sobre a evolução da gestão democrática que tem suas primeiras conquistas a partir das décadas iniciais do século XX e que vem se aprimorando, ganhando cada vez mais adeptos e espaço nas escolas e comunidade escolar. Vimos também pontos importantes que fazem com que uma escola se torne democrática e participativa.

No segundo Capítulo, trazemos a legislação nacional que institucionaliza o direito pelo acesso à formação da leitura, desde os primeiros anos escolares. Buscamos também, compreender o dever da escola em oferecer prioritariamente, estratégias que possibilitem a formação do leitor.

No terceiro Capítulo, discutimos o Projeto Político Pedagógico da escola, que uma vez bem elaborado de forma democrática e vivenciado na prática, poderá contemplar a importância da formação do leitor visando não apenas o conhecimento do código linguístico, mas a compreensão e o sentido dos textos lidos e relacioná-los com o seu mundo.

Para concluir, no quarto Capítulo, apresentamos a biblioteca escolar como uma grande aliada na formação do leitor que buscamos, ou seja, que compreenda as entrelinhas, saiba discutir o que foi lido, tenha um olhar crítico e seja capaz de

possibilitar mudanças positivas em sua vida. Destacamos o texto literário que bem trabalhado, é capaz de tornar a escola um lugar prazeroso, bem como um estimulante para que crianças e jovens possam tornar-se leitores críticos, sensíveis e felizes.

Fechando o presente trabalho monográfico encontram-se as Considerações Finais onde são expressas compreensões particulares extraídas a partir das leituras realizadas durante o período de execução dos estudos e produção do texto, que obviamente envolve a questão da gestão escolar e as possibilidades de contribuição na formação do leitor.

CAPÍTULO I - GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA

A sociedade brasileira vem sendo palco desde as últimas décadas do século XX e início do século XXI de mudanças significativas na busca pela democracia. E a educação, como não poderia deixar de ser, vem apresentando também algumas mudanças na busca pela democratização em seu âmbito. Leis, Planos e Programas Nacionais vêm sendo aprovados com o objetivo de tornar a escola também mais democrática. E já é possível observar algumas mudanças na gestão democrática de muitas escolas. Vejamos então, a introdução desse processo de democratização no Brasil.

1.1 Introdução da gestão escolar democrática no Brasil

A educação brasileira é um reflexo de nossa história, na qual prevaleceu sempre a lei do mais forte em detrimento do mais fraco. Iniciou-se com a colonização através dos jesuítas que tinham como principal objetivo a catequização dos índios, tornando-os assim dóceis e conformados com a dominação portuguesa. Assim passamos pelo período Pombalino, Joanino, Imperial, da Primeira República, da Segunda República, do Estado Novo, da Nova República, do Regime Militar e da Abertura Política. Durante todos esses 9 (nove) períodos, a educação brasileira teve alguns avanços significativos, e, também, alguns retrocessos, mas sempre predominou uma educação voltada para as elites. Infelizmente ainda hoje percebemos as dificuldades de avanços nessa área, por falta de vontade política e interesse da classe dominante no que diz respeito ao investimento em uma escola pública democrática, autônoma e de qualidade. Mesmo porque não interessa à elite dominante desenvolver uma consciência crítica nas classes subalternas, pois uma vez consciente, lutarão contra ela.

A gestão educacional como não poderia deixar de ser, esteve sempre a serviço e subordinada aos interesses das classes dominantes. Como então termos uma gestão empenhada com a formação da democracia e cidadania? Existem atualmente no Brasil, algumas gestões escolares escolhidas democraticamente e que, portanto, uma vez instrumentalizadas, possuem liberdade para desenvolver um

Projeto Político Pedagógico voltado essencialmente para a democracia e cidadania. Tentaremos compreender melhor esse tipo de gestão no decorrer do trabalho. O fato é que ainda na maioria dos casos, a gestão ainda tem sua função nas mãos dos administradores públicos que governam segundo seus próprios interesses.

Buscando compreender um pouco melhor o processo de implantação da gestão democrática no Brasil, observamos que anteriormente, mais precisamente a partir da década de 1920, século passado, com a mobilização de vários educadores como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Almeida Júnior e outros que mobilizaram a sociedade com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, os quais lutavam por um projeto nacional democrático. Esse Manifesto trazia características que ainda continuam atuais, pois propõe uma função social da escola:

[...] a escola, campo específico de educação, não é um elemento estranho à sociedade humana, um elemento separado, mas “uma instituição social, um órgão feliz e vivo, no conjunto das instituições necessárias à vida, o lugar a onde vive a criança, a adolescência e a mocidade, de conformidade com os interesses e as alegrias profundas de sua natureza(...)” Dessa concepção positiva da escola, como uma instituição social, limitada na sua concepção educativa, pela pluralidade e diversidade das forças que concorrem ao movimento das sociedades, resulta a necessidade de reorganizá-la, como um organismo malleavel e vivo, aparelhado de um systema de instituições susceptíveis de lhe alargar os limites e o raio de acção [...] Cada escola, seja qual fôr o seu gráo, dos jardins às universidades, deve, pois, reunir em torno de si as famílias dos alumnos, estimulando as iniciativas dos Paes em favor da educação; constituindo sociedades de exalumnos que mantem relação constante com as escolas; utilizando, em seu proveito, os valiosos e multiplos elementos materiais e espirituaes da collectividade e despertando e desenvolvendo o poder de iniciativa e o espírito de cooperação social entre os Paes, os professores, a imprensa e todas as demais instituições directamente interessadas na obra da educação (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, in: Ghiraldelli Jr., 1990, p.74-75).

Portanto, a escola já era vista por esses educadores como um local onde deveria haver uma participação ativa da comunidade escolar. Desse movimento resultou a criação de conselhos representativos dos educadores na Constituição de 1934. E também, fruto dessa luta, em 1961 foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 4.024/61.

Em seguida, houve um período de forçosa paralisação desse debate por uma escola democrática e participativa por instauração do regime autoritário (1964). Por ter uma ideologia antidemocrática, o regime militar calou a boca de muitos educadores que foram exilados, presos, demitidos ou mortos. Outros se afastaram e

passaram a exercer outras funções. Muitos alunos foram feridos e presos em confrontos com a polícia e alguns desapareceram. As entidades estudantis passaram a ser proibidas de funcionar.

Podemos dizer que o golpe de 1964 representou a interrupção do avanço da democratização social e política em gestação em nossa história, incluindo a educação escolar e popular no Brasil (DALBÉRIO, 2009, P. 68).

E como resultado desse período de repressão, houve o crescimento de um modelo de educação onde a figura do professor restringia-se apenas em transmitir conhecimentos, avaliar os alunos através de provas e punir alunos infratores, constituindo, assim, o modelo de educação tradicional que ainda podemos observar em algumas instituições de ensino. Nesse contexto:

Afirmamos, então, que o regime militar interferiu na área educacional criando uma cultura de comandos autoritários de mandatos legais, baseados mais no direito da força do que na força do direito. E mudar mentalidades formadas para a submissão, para o respeito à ordem e para a obediência às regras impostas não é tarefa fácil. Por conseguinte, encontramos em nosso meio comportamentos de toda ordem, explicitando a inércia, a rivalidade, o corporativismo, o preconceito, a desconfiança, o desinteresse pela mudança e pelo novo, o conformismo, a falta de perspectiva e a incapacidade de enxergar novas possibilidades (DALBÉRIO, 2009, P. 68-69).

Após o desgaste e queda do regime militar, a luta pela democracia propiciou aprovação da Constituição de 1988, que reforça o direito à cidadania, à democracia, à participação afirmando o princípio da “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (art. 206, inciso VI). E dá aos municípios o direito de organizarem seus sistemas de ensino com autonomia, em regime de colaboração com os estados e União (art. 211). Em 2006 é aprovada a LDB 9.394/1996 que no art. 3, item VIII, ratifica o Princípio Constitucional de “gestão democrática do ensino público, na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino”.

A CF/1988 apresenta e a LDB consagra a gestão democrática como um de seus princípios, ainda que vago no sentido de que não estabelece diretrizes bem definidas para delinear a gestão democrática, apenas aponta o lógico: a participação de todos os envolvidos (MESSEDER, 2007, p.21).

Podemos ver a seguir os artigos 12 a 15 da LDB/1996 que contempla as formas de gestão democrática participativa:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.
- VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)
- VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (Incluído pela Lei nº 10.287, de 2001)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (LDB, BRASIL, 1996)

A seguir veremos quatro pontos legais e importantes para a formação de uma gestão democrática participativa: o Conselho Escolar, o Projeto Político Pedagógico, eleição direta para diretor (a) e a descentralização financeira.

1.2 Conselho Escolar

O Conselho Escolar representado por pais, professores, estudantes, diretor da escola, membros da comunidade e demais funcionários, tem como finalidade contribuir para a democratização das relações na escola, conduzindo-a a uma

gestão participativa que envolve a comunidade, pois através dele há uma distribuição de poderes que possibilita superar o individualismo muito vezes presente e apresentar mudanças qualitativas para escola.

É, então, um canal de participação e também instrumento de gestão da própria escola. Nesse sentido, o Conselho Escolar deve incentivar a comunicação ampla e a participação nas decisões sobre questões importantes e que estão inter-relacionadas na escola, tais como currículo, qualidade de ensino, inclusão, sucesso escolar, dentre outros. Ressaltamos ainda, a importância do Colegiado Escolar na construção coletiva do Projeto Político Pedagógico – este participa na sua elaboração, aprovação, acompanhamento e execução – fazendo com que esse documento realmente seja significativo para a vida e para o direcionamento dos rumos da escola (DALBÉRIO, 2009, p. 84).

Para que tenhamos uma escola realmente democrática, é fundamental a participação efetiva da comunidade. Pois a democracia só acontece com ações e não discursos. E para isso, é necessário criar espaços para que essas ações aconteçam, para que se possa experimentar, errar, acertar, fazer, refazer, ou seja, exercitar a democracia. Só assim, se aprende a cobrar, reivindicar e lutar por direitos que são muitas vezes negados pelo poder público e também pelos profissionais da escola.

É importante também que se desconstrua a idéia que muitos ainda têm de que a escola pertence ao governo, pertence ao diretor. Enfim, é só a participação consciente e crítica, em que todos opinam, e não apenas escutam, pode dar esse sentimento de pertencimento. Pode fazer com que as pessoas se comprometam e acreditem que a escola lhes pertence. Desfazendo assim a idéia de que quem ocupa um cargo seja o dono do poder e também a visão patrimonialista que se tem da coisa pública.

Como diz Dalbério, um

...aspecto fundamental para a verdadeira cidadania e para a democracia na escola é a tão proclamada *autonomia*. Esta, tal como concebe o campo democrático popular, objetiva contribuir com a capacidade da sociedade civil para gerir políticas públicas, avaliar e fiscalizar os serviços prestados à população para tornar público o caráter privado do Estado. Pressupomos que o exercício de uma pedagogia da participação popular é capaz de contribuir para a construção de novas formas de exercício do poder, no terreno da sociedade civil e das ações do Estado (DALBÉRIO, 2009, p. 81).

É pois primordial, a compreensão do exercício de poder que permeia a nossa sociedade, pois dependendo da concepção que se tenha, pode se apresentar de

forma autoritária ou democrática. E se é democrática, devemos construir então a autonomia através de uma busca diária. Libâneo salienta que:

A autonomia é o fundamento da concepção democrático-participativa de gestão escolar, razão de ser do projeto pedagógico-curricular. Ela é definida como faculdade das pessoas de autogovernar-se, de decidir sobre o seu próprio destino (Libâneo, 2004, p. 141).

E acrescenta que as escolas podem envolver professores, pais, alunos, funcionários para que sejam co-responsáveis pelos resultados positivos que a instituição conquistar.

1.3 Projeto Político-Pedagógico

Planejar é uma palavra que acompanha diariamente a vida dos professores. Planeja-se no início do ano letivo, o plano de curso, em seguida, o mês e depois o planejamento diário da semana. Em relação à escola, se planeja todas as atividades e projetos que serão desenvolvidos coletivamente. E, de alguns anos para cá, passou-se a planejar também o Projeto Político Pedagógico da escola.

O ato de planejar nos possibilita decidir que caminhos queremos trilhar para atingir os objetivos que achamos necessários, e, também, segundo as políticas educacionais para uma educação que contemple uma formação cidadã e que prepare para o mundo do trabalho. É através do planejamento que decidimos que técnicas, recursos humanos e materiais devemos buscar antecipadamente para o exercício da prática.

Planejar projetos pedagógicos na escola é trabalhar de forma interdisciplinar, ou seja, interligar as diferentes aprendizagens com o todo desenvolvido na escola. Segundo LÜCK:

Interdisciplinaridade é o processo que envolve a integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania, mediante uma visão global de mundo e serem capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade virtual (LÜCK, 1994, p. 64).

A interdisciplinaridade permite uma organização escolar mais articulada e flexível, ajuda os alunos verem a realidade de forma global, complexa e significativa. Planejar numa perspectiva interdisciplinar proporciona uma busca pela totalidade do conhecimento que ajuda na reconstrução e reavaliação constante. Repensando nossas práticas e refletindo sobre a realidade que queremos alcançar, estaremos desenvolvendo um projeto pedagógico cada vez melhor e criando uma gestão verdadeiramente democrática na escola.

E o que é pedagógico? Penso que o pedagógico seja a união de nossas práticas baseadas na teoria e tudo que permeia a educação escolar com objetivo de gerar conhecimentos. Mas é necessário que a teoria e a prática estejam coerentes com que esperam os aprendizes. Devido sua imprecisão, existem estudos e pesquisas que se debruçam sobre esse tema com objetivo de tornar mais claro o seu significado.

O Projeto Político-Pedagógico, por sua vez, não é apenas um documento do qual deverá ser enviado para as autoridades competentes ou arquivado nos armários da escola como prova de dever cumprido. É um projeto, pois busca uma direção, há um compromisso a ser alcançado. É *político*, porque procura formar um cidadão de bem, crítico e compromissado. “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (Saviani 1983, p.93). E é pedagógico porque busca cumprir os propósitos da escola.

A produção de um Projeto Político Pedagógico na escola se destaca positivamente pela descentralização e democratização. Pois é produzido por todos os segmentos da escola, é um referencial que busca superar os entraves que a impede de avançar e atingir melhores resultados. E para isso é necessário que ele esteja de fácil acesso para todos, que seja visto e revisto nos planejamentos individuais e coletivos, para que se possa reavaliá-lo constantemente através da ação e reflexão.

Portanto, para que a escola democrática possa desenvolver-se bem e realizar seus objetivos é necessário a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico. Pois se trata de um documento reconhecido por lei, que aponta um rumo e direciona para o trabalho combinado coletivamente. É avaliado constantemente, onde todos os atores da comunidade escolar participam, portanto em constante reconstrução. É

projeto *político*, pois exige uma constante reflexão, discussão, debate, sugestão entre todos que fazem a comunidade escolar, tornando assim um ato político.

Uma gestão escolar verdadeiramente democrática e autônoma valorizará o Projeto Político Pedagógico, pois é através dele que todos os atores envolvidos poderão dar sua parcela de contribuição para uma escola que satisfaça o desejo da maioria.

Assim, segundo Veiga (Org.),

Numa administração escolar verdadeiramente democrática, todos os envolvidos direta ou indiretamente no processo participam das decisões que dizem respeito à organização e ao funcionamento escolar. Em termos práticos, o registro implica uma forma de administrar que abandona o tradicional modelo de concentração da autoridade nas mãos de uma só pessoa, em geral o diretor, evoluindo para formas coletivas que propiciem a socialização do poder de maneira a atingir-lhe os objetivos (VEIGA, 1998, p. 59).

Para que se possa então desenvolver uma escola autônoma é necessário criar um ambiente de participação e construção por parte de todos que nela atuam. Essa é a função do Projeto Político-Pedagógico. Um caminho através do qual a escola formará um cidadão que pensa e age com independência, sem perder de vista, a colaboração de seus co-cidadãos.

1.4 Eleição direta para diretor

A partir das décadas 80 e 90, vários estados brasileiros passaram a adotar nas escolas, as eleições diretas para diretores, como uma das primeiras bandeiras de democratização das escolas. Mas ainda não representa na sua grande maioria a gestão democrática tão almejada, pois ainda está fortemente ligada ao passado histórico de autoritarismo, onde grupos poderosos faziam valer suas influências nas unidades escolares. E infelizmente, observamos que em muitos municípios espalhados pelo país, o gestor representa um cargo de confiança de políticos, e muitas vezes não se leva em conta a formação profissional e capacidade de gestão. Percebemos então que, apesar das mudanças institucionais, a democratização é um processo que ainda está em andamento.

Outro modelo de escolha de gestor escolar que vem sendo utilizado em alguns lugares, é a seleção por concurso público, onde é realizada uma prova

escrita e provas de títulos. Com esse modelo é possível o ingresso de um diretor, não por meios de apadrinhamento político, e sim por formação. As críticas a esse modelo é por privilegiar o conhecimento técnico e não avaliar a capacidade de liderança política.

No entanto, existem outros modelos que além de avaliar os conhecimentos específicos, utilizam também formas de avaliar a capacidade de liderança, inclusive com eleições diretas feita pela comunidade escolar.

Nesse contexto, são muitas as questões que ainda pairam sobre a questão de eleições para diretor. Uma delas é o fato de que, com a eleição direta para diretor, criou-se uma expectativa de que todos os problemas seriam solucionados. E muitas vezes o gestor não sabe qual sua função numa gestão democrática. Uma gestão democrática passa pela participação de toda a comunidade escolar, onde o gestor tem uma função de mediador, e os problemas devem ser decididos por todos.

Gadotti e Romão sintetizam bem essa situação quando dizem que:

O diretor de escola é, antes de tudo, um educador. Enquanto tal possui uma função primordialmente pedagógica e social, que lhe exige o desenvolvimento de competência técnica, política e pedagógica. Em sua gestão, deve ser um articulador dos diferentes segmentos escolares em torno do projeto político-pedagógico da escola (GADOTTI E ROMÃO, 2003, p. 102).

Dessa forma, podemos concluir que o diretor de escola, tem uma função acima de tudo pedagógica. E que a comunidade escolar tem um papel fundamental na participação de decisões e que todos conheçam a sua função no processo de gestão democrático.

1.6 Descentralização financeira

Outro aspecto muito importante da gestão democrática é a questão do financiamento que foi introduzido na LDB, art. 15, e incumbiram as unidades escolares de gerenciá-los:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 1996).

E outros artigos da LDB, leis e programas nacionais vieram complementá-la e efetivá-la na prática, como o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Essa descentralização permite que os recursos cheguem diretamente às escolas para que possam gerir conforme suas necessidades. Dourado explica que:

Um conjunto de programas, projetos e ações desenvolvidos, pelo Ministério da Educação, por meio das suas secretarias e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE visam não só apoiar a oferta da educação, direito de todos e dever do Estado, mas também a melhoria da qualidade educacional, em regime de colaboração com as redes de ensino em âmbito estadual e municipal. Esses projetos abrangem diversas áreas e aspectos que contribuem direta e indiretamente para a formação dos alunos e dos professores em todos os níveis e modalidades e devem ser gerenciados direta e indiretamente pela secretaria de educação ou pela escola a partir de normas e procedimentos a serem seguidos (DOURADO, 2006, p. 62).

Para que este programa possa alcançar resultados satisfatórios, além de maiores recursos, pois o que as escolas recebem ainda não é suficiente para as atribuições para a qual ele deve ser utilizado, é necessário uma administração escolar democrática participativa. É aí que entra também o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola para contemplar as necessidades que se busca alcançar. Deve ser planejado com toda a comunidade escolar, com o apoio do Conselho Escolar, visando escolhas que contemplem a todos, permitindo assim melhor utilização dos recursos destinados a unidade escolar. Só assim, poderemos descentralizar as decisões que ficam muitas vezes restritas ao núcleo gestor, aumentar a participação do Conselho Escolar e a democratização das informações para a comunidade escolar (professores, pais, alunos, funcionários administrativos, etc.) que passam a se responsabilizar direta e indiretamente pelo bom uso dos recursos destinados a escola.

Para que a educação democrática e participativa aconteça e que os recursos financeiros sejam bem utilizados na escola, é importantíssima a participação do Conselho Escolar, que tem função deliberativa, consultiva e fiscalizadora, e assegure a participação de todos os segmentos da escola, facilitando assim, a transparência na utilização dos recursos e evitando uma prática comum em muitas unidades escolares, onde o grupo gestor decide sozinho, sobre o destino dos recursos financeiros destinados a escola.

CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO DO LEITOR SEGUNDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A partir dos pontos importantes trabalhados no Capítulo anterior com vistas à formação de uma gestão participativa, é possível procurar entender as dificuldades na formação de leitores no país que tem sido um grande empecilho para a aprendizagem e uma educação de qualidade. Tendo em vista que a LDB (Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional nº 9.394/1996) traz em seu art. 32, Inciso I, que o ensino fundamental tem como um dos seus objetivos “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”, pergunta-se: Por que então a dificuldade em garantir esse direito aos seus cidadãos?

Martins cita que:

Dados do SAEB 2001 apontam que 59 por cento das crianças brasileiras, da 4ª série, ou seja, com 4 anos de escolarização, são analfabetas e que é pior, a tendência detectada foi a de uma queda progressiva nos padrões de rendimento escolar. Falando em números, teríamos 983.895 crianças na 4ª série do ensino fundamental que não sabem ler (desempenho muito crítico) e 1.569.045 que são capazes de ler apenas frase simples (desempenho crítico). Em substância, nesse segmento do ensino fundamental, há, pelo menos, 2.522.940 crianças que podem ser consideradas como maus leitores (MARTINS, s/d).

E acrescenta que, apesar dos investimentos feitos nos últimos anos no Brasil, como os programas de aceleração da aprendizagem, aumento do número de vagas, habilitação de professores, não foram suficientes para melhorar o nível da qualidade da educação no país. E para que possamos nos inserir nessa sociedade atual, conhecida como sociedade do conhecimento, a leitura, a escrita e o cálculo são indispensáveis para se construir novos conhecimentos (MARTINS, s/d).

Martins confere ainda que a LDB, em seu art.32, que o ensino fundamental tem como objetivo a formação básica do cidadão. Para tanto, é necessário desenvolver a capacidade de aprender. Mas como aprender se não tiver adquirido os três meios práticos para isso, que são a leitura, a escrita e o cálculo? E entre esses três meios a leitura se encontra como um fator primordial para desenvolver a capacidade de aprender. Assim, ela é um meio que proporcionará a capacidade de ler para aprender. “E aprender a ler é habilidade que exige da escola uma

concepção nova de leitura, ou seja, leitura é decodificação (reconhecimento das letras e discriminação das vogais, por exemplo) e compreensão (sentido dado à pré-leitura, leitura e a pós-leitura)” (MARTINS, s/d).

Infelizmente, o problema começa logo nos primeiros anos de escolaridade, em que é necessário aprender como funciona o sistema de escrita. E é nesse período que muitos alunos chegam a levar um tempo extraordinário para se alfabetizar. Muitos são reprovados anos seguidos, ou são promovidos e chegam ao 4º e 5º ano sem estarem alfabetizados. Kramer resume bem essa situação brasileira dizendo:

Ao longo de toda a história, a alfabetização tem se consolidado entre nós como um problema social, um impasse, um obstáculo de difícil superação: o Brasil ainda é um dos dez países com índices mais altos de analfabetismo em todo o mundo. Essa situação alarmante enseja especialistas, de um lado, a falarem (ainda) em erradicação, reforçando o ultrajante preconceito e a discriminação em relação a quem não lê. De outro lado, grupos profissionais, sistemas de ensino e gestores da administração pública a envolverem-se frequente e insistentemente na busca de políticas, metodologias e estratégias que trariam alguma solução para tão grave problema (KRAMER, 2010, p. 13).

A autora ressalta que a busca de soluções para esse grave problema, tem levado a criação de aparatos tecnológicos e espaços modernos que pretendem trazer soluções rápidas, mas que não vem impedindo que se perpetue o quadro do analfabetismo. Kramer diz que, para assegurar a aprendizagem da leitura e escrita é importante um projeto social que invista em justiça social, com uma política cultural que proporcione acesso as diversas produções de arte e conhecimento, e fundamentalmente, uma formação permanente e salários que permitam aos profissionais da educação uma vida digna (KRAMER, 2010).

Então, dessa forma a garantia de acesso à leitura é um direito de todo o cidadão. E o papel da escola é concretizar esse direito através de uma gestão democrática e participativa, que traga como uma de suas bandeiras principais o acesso a leitura. Que valorizem acima de tudo o letramento, pois:

A alfabetização (ou o conhecimento das letras) é apenas um meio para o letramento (uso social da leitura e da escrita). Para formar cidadãos participativos, é preciso levar em consideração a noção de letramento e não de alfabetização. Letrar significa inserir a criança no mundo letrado, trabalhando com os diferentes usos de escrita na sociedade (MARTINS, s/d).

Dessa forma, deixa-se de priorizar na escola as atividades repetitivas e mecânicas, trabalhadas de forma descontextualizada, e passa a priorizar a

construção do conhecimento pelo aluno, que já traz de casa uma forma de ler o mundo. E a partir dessa leitura a escola deve prosseguir com o desenvolvimento do aluno, oferecendo um ambiente rico de materiais de leitura que tenha significado e sentido até mesmo antes que ele saiba ler.

A vantagem de se trabalhar valorizando não apenas a decodificação do sistema de escrita, mas o letramento, é que melhora a qualidade da aprendizagem, formando alunos capazes de questionar as informações que a sociedade lhe transmite ou impõe. Desenvolvendo leitores críticos desde a alfabetização e ao longo do ensino fundamental com diversos tipos de textos e aprofundando com materiais de pesquisa que permitam um olhar mais abrangente sobre o tema estudado, dá sentido ao estudo e motiva o aluno.

Do contrário, verificamos o analfabetismo funcional (pessoas que tiveram uma alfabetização deficiente, e não conseguem compreender o que lêem), que corresponde, segundo a pesquisa do INAF (Indicador de Analfabetismo Funcional) de 2009, que apenas um terço dos jovens brasileiros atingiu a alfabetização plena. Revelando que 15% dos jovens com idade entre 13 e 24 anos são alfabetizados com nível rudimentar, ou seja, são analfabetos funcionais.

Já citamos os vários motivos que impendem que esse direito básico seja garantido. Porém, devemos ressaltar que a formação docente é o principal entrave que impede uma prática educativa de qualidade. Um bom professor leitor, que tenha a prática da leitura em sua vida e sente prazer em ler, sem dúvida, fará uma grande diferença na formação de leitores.

Veremos a seguir, então, como uma gestão democrática e participativa pode atuar com a comunidade escolar e principalmente com os professores, na busca de formar um leitor consciente, crítico, que não seja capaz apenas de comentar passivamente o que lê, mas que possa criticar e relacionar com a sua vida.

CAPÍTULO III - CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA A ELABORAÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO QUE CONTEMPLE A FORMAÇÃO DO LEITOR COMO PRINCÍPIO BÁSICO DA EDUCAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico de uma escola democrática que contempla como ponto fundamental a formação básica do educando (ver capítulo anterior), terá como uma de suas bandeiras a formação de um leitor competente e crítico.

Mas, para isso, é necessária muita determinação da gestão escolar para focalizar nesse objetivo, pois as dificuldades são grandes, muitas vezes, de ordem estrutural e macro. Mas, muito é possível fazer, quando existe uma gestão escolar seriamente determinada em atingir seus objetivos, ultrapassar obstáculos que para muitos, não seriam possíveis ser transpostos. Portanto, é importante a participação de toda a comunidade escolar nessa grande empreitada. Desenvolver um Projeto Político Pedagógico que priorize a formação do leitor, em que todos se sintam responsáveis em fazer a sua parte, distribuirá assim a responsabilidade para tão importante tarefa.

É importante determinar quais os itens básicos para que os alunos de uma classe desfavorecida de textos impressos possam ter um contato maior com esses materiais. É, então, aí que entra o trabalho do professor de sala de aula, seja qual for a disciplina, no sentido de proporcionar diversos tipos de leitura. Para isso, é preciso que ele goste, para que possa motivá-los para o prazer da leitura. RAIMUNDO destaca que:

Se à escola foi dado o objetivo de formar leitores, o professor é o principal executor desse projeto, e dele será o dever de apresentar o mundo da leitura ao aluno. A maneira como o professor realizar essa tarefa será decisiva para despertar ou não o interesse pela leitura. Segundo Vygotsky (1987), as pessoas vão aprender primeiramente pela imitação, ao ver outros realizando alguma atividade. Daí a importância de o professor demonstrar o seu amor pela leitura dentro da sala de aula. Sua desenvoltura, entusiasmo, conhecimento literário, domínio da matéria são características fundamentais para o professor que pretenda ser ativo na formação de leitores. Outro fator

decisivo é que não apenas o professor de Língua Portuguesa deve ter papel ativo no trabalho de mediação da leitura, esse papel estende-se a professores de todas as áreas, já que cada matéria escolar apresenta textos com características próprias e o leitor bem formado tem mais facilidade em compreender os conceitos em qualquer disciplina. (RAIMUNDO, 2009, p. 109)

Como então uma gestão pode ajudar um professor que não adquiriu o hábito da leitura? Infelizmente, ninguém se torna leitor do dia para a noite. E a má formação do professor, acaba refletindo na sala de aula. Agora, isso não quer dizer que a gestão escolar não possa fazer nada. Acreditamos que uma formação contínua desse professor e um acompanhamento constante por parte da equipe pedagógica e o exercício da participação atuante nos projetos e conselho escolar, ajudará que ele desenvolva seu potencial de leitor crítico, ele precisa ser estimulado para fazer com que seus alunos percebam a importância da leitura e a variedade de textos a serem trabalhados em sala de aula. É certo que essa iniciativa não isenta o Estado de oferecer uma boa formação e capacitação digna a seus profissionais. A verdade é que é dever do Estado oferecer às escolas, profissionais com boa formação e bem qualificados. E isso passa também pela valorização desse profissional, pois carreiras valorizadas atraem pessoas mais preparadas.

O professor como agente transformador da sociedade deve:

estar instrumentalizado por uma arma imbatível denominada capacidade de comunicar-se. E a leitura crítica constitui-se num elemento potencializador dessa capacidade, para que o professor se comunique através de uma linguagem de qualidade (RAIMUNDO, 2009, p.109).

Podendo assim chegar até o aluno de forma clara, de acordo com seu nível de compreensão.

É importante destacar também que o professor da língua materna conheça os estudos atuais nas áreas da psicolingüística e da lingüística textual em que o ensino da língua está focado no texto, pois do contrário, dificilmente utilizará em sua prática em sala de aula diversos gêneros textuais. E priorizará muitas vezes, atividades descontextualizadas que não favorecem a significação e torna a leitura uma atividade mecânica.

O professor que gosta de ler, que se envolve com a leitura, que instiga, argumenta e questiona, torna-se uma fonte de interesse para o aluno que acaba

também se envolvendo e tornando-se um leitor crítico, capaz de reconstruir um texto lido a partir da sua realidade e seus conhecimentos. E passa de usuário passivo, capaz apenas de descrever o que leu, a usuário competente da língua e agente transformador que não apenas reproduzir os discursos impostos.

Para formarmos leitores críticos é necessário praticar a criticidade através do estímulo constante. Pois só a prática poderá levar o aluno a adquirir uma bagagem cultural que permitirá cada vez mais reelaborar interpretações mais avançadas. E a função da escola é dar sentido a essas leituras, não ler apenas para aprender a ler, mais por necessidades sociais, como as leituras que se faz fora da escola: ler uma revista para se informar, um livro de tema que dá prazer ou um manual de instruções.

Assim, se a gestão escolar perceber o seu papel com a formação do leitor e mobilizar todos os professores, bibliotecários, equipe pedagógica e pais:

com a finalidade de planejar e executar projetos de mudanças, certamente a escola poderá levantar-se como agente de transformações em qualquer área, inclusive no campo da leitura, estimulando leitores críticos” (RAIMUNDO, 2009, p.110).

Dessa forma, teremos um leitor não apenas decifrador de sinais, mas aquele que se reconhece como sujeito ativo, travando um diálogo com o autor, e sendo capaz de reescrever o texto com suas experiências de mundo.

CAPÍTULO IV - A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA FORMAÇÃO DO LEITOR ATRAVÉS DE TEXTOS LITERÁRIOS

A literatura infanto-juvenil é a grande aliada para a formação do leitor no ensino fundamental, mas sua exploração ainda deixa muito a desejar nas escolas brasileiras. Ela tem como vantagem o estímulo à criatividade, à fantasia, à sensibilidade, à criticidade e ao gosto pela leitura. Por isso, a necessidade de um Projeto Político Pedagógico na escola que valorize o trabalho de estímulo à literatura através da biblioteca, ainda pouco explorado nas escolas públicas. Parreiras diz que:

A literatura estabelece uma experiência dialógica, de alteridade, de subjetivação para o leitor. Ela encanta, incomoda, provoca, faz pensar, não fecha nem coloca ponto final, ela abre... Quando lemos uma obra literária, não fechamos o livro como as mesmas pessoas: somos outras, ficamos afetadas, cheias de afetos, sentimentos. A obra literária nos tira do nosso lugar, ela nos desacomoda. Ficamos às voltas com a leitura do livro de ficção ou de Poesia, nos sentimos parte da história e, a história como parte de nós. Ou nos vemos nas imagens de um poema... Ficamos íntimas dos personagens, alguns admiramos, outros repelimos, nos provocam medo (PARREIRAS, 2009, P. 56)...

Uma turma de estudantes que tem o privilégio de toda semana visitar a biblioteca, ouvir histórias, dramatizar, fazer pesquisas, manusear livros e fazer empréstimos, terão a oportunidade de descobrir o prazer da leitura sem que sejam direcionados, mas poderão escolher o que ler diferente de muitas atividades desenvolvidas em sala de aula. Será um momento em que eles escolherão seus livros espontaneamente, sem a interferência de um adulto.

Possuir na biblioteca um professor para contação de histórias e formar o professor das séries iniciais para contar histórias é um trabalho que deve ser priorizado pela gestão escolar. Pois uma gestão que estimula o texto literário através da contação de histórias, acompanha e orienta o trabalho da biblioteca e sala de aula, e proporciona um acervo grande e diversificado de obras literárias, principalmente os de literatura infantil, estará contribuindo significativamente para a formação do leitor.

É consenso entre os educadores de que a leitura literária é uma prática muito importante, e deve ser buscada e conquistada nas escolas. E o aumento de livros literários na biblioteca favorece o acesso. Mas, para que o estudante possa

realmente se apropriar dessas leituras, é necessário, além da quantidade e diversidade de livros, a formação continuada dos professores, o incentivo para que possam participar de experiências positivas e compartilhadas de leituras. Souza (org.) reforça dizendo que:

Um dos desafios que vem sendo colocado nos cursos de formação continuada de professores, agentes de leitura etc., caminha no sentido de buscar inseri-los em experiências de compartilhamento de leituras, de entusiasmo por esta atividade de produção de significados para os textos, de diálogos entre os textos, evidenciando, enfim, que, na prática de ler, há também um componente afetivo e coletivo que não deve ser ignorado. Ter acesso aos livros ou tempo para ler não é suficiente, nem simplesmente *deixar ler*. Para que o interesse pela leitura ocorra, faz-se necessário apresentar os livros aos leitores em formação. Há que se investir na mediação da leitura (SOUZA, 2009. P. 52).

Segundo Ferreira (2009), a rejeição à leitura se dá principalmente pela ausência de posturas não democráticas nas salas de aula e biblioteca, que impede o diálogo e discussão sobre textos trabalhados; o pouco acesso aos livros nos lares dos alunos; desvalorização da biblioteca escolar; utilização do livro priorizando apenas aspectos lingüísticos e comportamentais; escolhas de livros que não trazem uma proposta estética e o desconhecimento dos professores de obras infanto-juvenil.

Para que o estudante seja motivado à literatura, é necessário além de um professor apaixonado pela leitura, um trabalho de conquista através de estímulos visuais e animados. Utilizar linguagens como o áudio, fotos, desenhos, músicas, pinturas, histórias em quadrinhos, fantoches, dramatizações, recitais, etc., favorece o gosto do estudante para a leitura. E um mediador envolvido com a leitura, claro, cativa o jovem leitor que passa a ter curiosidade e interesse pela mesma. Parreiras cita que as crianças devem também ser estimuladas desde muito pequenas ao contato com livros, pois, da mesma forma que o brinquedo necessita de amadurecimento para consolidar a compreensão, também acontecerá com o livro e acrescenta que:

Cabe aos professores e educadores serem os mediadores dessa literatura capaz de entreter e formar os pequenos. Sem didatismo, nem moralismos, nem estereótipos, maniqueísmos e preconceitos. Uma literatura que suscite dúvidas, debates, que traga inquietação. Que não transmita ideias prontas e mastigadas, mas que provoque associações com as experiências de vida dos leitores (PARREIRAS, 2009, P. 98).

O mundo da ficção produz nas pessoas uma forte atração, pois se baseia muitas vezes em nossos sonhos, imaginários e desejos em qualquer idade. Silva ressalta que:

Mais do que tudo, as narrativas de ficção nos tranquilizam, como bem o demonstram os estudos psicanalíticos sobre o valor terapêutico das histórias de fadas ouvidas e lidas na Infância. As narrativas ficcionais – contos, romances, novelas – apresentam-nos ações que obedecem às regras da causalidade e, por isso, obedecem a uma lógica, têm uma coerência interna, do que resulta uma relativa previsibilidade. Todo espectador sabe como serão os desdobramentos e qual será o desfecho da novela de televisão que está acompanhando – e por isso mesmo não perde nenhum capítulo. Em sua previsibilidade, em seu andar de relógio, a ficção nos ajuda a suportar os reveses da vida (esta, sim, sempre tão imprevisível), acena a cada leitor com a esperança de que também sua vida pode ter uma lógica, pode brindá-lo com lances de audácia e, ao termo, pode rumar para o porto seguro de um final que justifica todos os acontecimentos passados. Um final que até pode ser feliz (SILVA, 2009, p. 15).

Portanto, é urgente que os professores recebam uma formação que os façam perceber o valor da leitura e literatura através de um acompanhamento continuado não apenas através das políticas públicas, mas como também na escola com o apoio da gestão escolar. E, uma vez adquirido a satisfação da leitura, poderão utilizá-las com seus alunos, e modificar as práticas de leituras com textos repetitivos e enfadonhos, e seguidos de exercícios dirigidos. Tornando o ato da leitura uma atividade desinteressante para o estudante que não encontra sentido e nem prazer para essas atividades. Para Parreiras “é difícil fazer com que o aluno goste de ler se o próprio professor não gosta de leitura”. E acrescenta a importância de enriquecer a formação do professor com o ensino de artes e de literatura.

A gestão escolar tem o compromisso de fazer com que a escola estimule o gosto pela leitura e promova o encontro do aluno de maneira lúdica às diversas atividades educativas. Parreiras diz que a escola pode trazer a família para compreender a responsabilidade do adulto em mediar o contato da criança com a leitura. A criança vai se interessar pela leitura e pelos livros se os adultos os apresentarem. Amarilha destaca a ajuda que a leitura traz para a compreensão das normas da escrita:

Ao ter contato com a literatura, a criança familiariza-se com estruturas lingüísticas mais elaboradas porque é o resultado do trabalho de um escritor – alguém que se especializou em propor desafios inteligentes, lúdicos através da língua (AMARILHA, 1997. p.65).

Além do prazer proporcionado pela leitura literária, bem utilizada, ela contribui para o desenvolvimento da escrita, da formação pessoal e intelectual do educando. Cria um espaço para tornar o estudante pensante, crítico e autônomo. Assim, podemos dizer que a literatura infanto-juvenil é indispensável instrumento para a formação do cidadão leitor e crítico.

Os livros podem ser tijolos que vão construir a formação da criança, que vão construir um ser humano que participa, que escolhe, que lê. Os livros podem abrir muitas portas, muitos caminhos, os livros podem ser muitas coisas nas fantasias das crianças (PARREIRAS, 2009, P. 148).

A gestão escolar que compreende a fundamental importância da leitura para o desenvolvimento do educando como mola propulsora que permitirá a continuação da vida estudantil da criança e do adolescente e principalmente como instrumento para participar de forma ativa e participativa na construção de uma sociedade mais justa e democrática, trabalhara incessantemente para formar na escola um lugar de leitores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do leitor, compromisso expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, ainda não se formalizou, como é realidade para muitos brasileiros. Mesmo universalizando o ensino fundamental, muitos desistem por não ter conseguido sequer se tornarem leitores capazes de compreender o que lêem. São os conhecidos analfabetos funcionais.

A busca é encontrar meios que possibilitem uma formação de leitores não apenas capazes de decifrar os códigos da língua escrita, mas, sim, capazes de compreender a intenção do autor e transcender, fazendo uma leitura de mundo, tornando-se leitores críticos, capazes de se posicionar diante dos discursos reprodutores de desigualdades.

E o professor de sala de aula e biblioteca tem então o grande papel, que é o de favorecer ao estudante, o mundo da leitura, o contato com a literatura, o prazer de viajar através dos livros. Mas esse mesmo professor precisa primeiramente gostar de ler, ter prazer com a leitura, pois é muito difícil fazer com que outros leiam, se eles mesmos não têm motivação. Infelizmente, a formação do professor ainda deixa muito a desejar, a falta de tempo para ler e refletir sobre o que foi lido, muitas vezes devido aos baixos salários que o obrigam a trabalhar em várias escolas, impedem que ele desenvolva em seus alunos o gosto pela leitura. Silva resume bem essa realidade quando diz que:

Sempre tendo em mira possíveis exceções e o caráter dialético da realidade escolar, o que nos impede de formular generalizações apressadas, podemos afirmar que o universo de leitura do professor brasileiro é extremamente restrito, abrangendo, na maioria das vezes, tão somente uma literatura pedagógica esclerosada (parada no tempo) e os fragmentos contidos nos livros didáticos (SILVA, 1991, P.25).

Acreditamos, porém, que paralela à luta do professor pela sua valorização, a gestão da escola poderá contribuir significativamente, proporcionando com o apoio da equipe pedagógica através dos planejamentos, uma formação continuada que estimule e valorize estudos do tema.

Sabemos que outros fatores contribuem para a precária formação de leitores no Brasil, como a realidade das famílias de pouca renda e com baixa escolaridade, muitas vezes analfabetas, que contribuem para que a “criança chegue à escola pouco familiarizada com os livros, porque em casa não foi estimulada pelos pais” (PARREIRAS, 2009, P.43). Entra então a gestão da escola com o conselho escolar que “pode envolvê-los nesse processo tão rico” que é atraí-los para o “papel importante de educação dos pequenos”, pois os pais são referências e “o maior exemplo para a criança”.

A gestão escolar pode atuar também na criação de uma biblioteca escolar, caso não tenha, investindo recursos em compras de livros de literatura infanto-juvenil que possuem um papel primordial para a formação do leitor. Felizmente, o governo vem nos últimos anos vem “investindo na implantação de salas de leitura através do Projeto Nordeste e Sala de Leitura/Bibliotecas Escolares” (MAIA, 2007, p. 40), e contribuindo com distribuição de grande quantidade de livros “através do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNDE)”.

Com acervos que contemplam obras de referência, de literatura e de apoio à formação de professores, ora com foco na biblioteca escolar, ora no aluno, chegam às escolas coleções de gêneros variados, nomeadas de acordo com o público e a função social da leitura (MAIA, 2007, p. 40)...

Aliada a essa política de criação de bibliotecas escolares e distribuições de livros, o “programa de formação permanente do professor, sendo está a proposta do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER)” (MAIA, 2007, p. 41), e uma gestão escolar que invista todas as suas forças nesse objetivo, teremos um bom começo para a democratização da leitura na escola.

Vemos, portanto, na gestão escolar democrática participativa uma contribuição valiosa para a mudança desse panorama de exclusão, principalmente dos mais desfavorecidos, pois ela tem como característica o respeito pelo direito de todos. Para atingirmos esse objetivo, é necessária uma gestão que promova a criticidade de toda a comunidade escolar, e os meios para atingir são os conselhos escolares atuantes na comunidade; o Projeto Político Pedagógico que esteja a favor de uma educação que promova a formação do cidadão em sua plenitude, as eleições diretas para diretores escolares e a descentralização financeira dos recursos.

Uma gestão verdadeiramente comprometida com a educação ultrapassará o papel de reprodutora ideológica da classe dominante, para o surgimento de leitores com criticidade para provocar as mudanças necessárias diante de discursos alienadores.

A gestão democrática participativa tem, portanto, essa missão, que é tirar a escola do conformismo e romper com o autoritarismo muito presente ainda nela. Investir em leitores competentes é um dos meios mais importantes para formamos uma escola cidadã.

Formar leitores críticos pode provocar mudanças significativas na escola, na comunidade escolar e conseqüentemente, transformar a sociedade. Esse é o papel da escola participativa: Provocar transformações que melhorem a vida das classes oprimidas. Quando a escola busca uma formação crítica e reflexiva do leitor, está fazendo a verdadeira transformação rumo à cidadania. Liberta a comunidade escolar da consciência alienante coletiva e de submissão em que a maioria se encontra.

REFERÊNCIAS

- AMARILHA, Marly. **Estão mortas as fadas?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- FERREIRA, Eliane Aparecida G. R. A leitura dialógica como elemento de articulação no interior de uma *biblioteca* vivida. In: Renata Junqueira de Sousa. **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 1996.** Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.
- DALBERIO, Maria Célia Borges. **Neoliberalismo - políticas educacionais e a gestão democrática na escola pública de qualidade.** São Paulo: Pulos, 2009.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar.** Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.
- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Autonomia da escola – princípios e propostas.** São Paulo: Cortez, 4 ed., 2003.
- GHIRALDELI JR., Paulo. **História da educação brasileira.** 2. Ed.; São Paulo: Cortez, 2001.
- KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso.** São Paulo: Ática, 2010.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5. Ed. Revista e ampliada – Goiânia: Editora Alternativa, 2004.
- LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MAIA, Joseane. **Literatura na formação de leitores e professores.** São Paulo: Paulinas, 2007.
- MARTINS, Vicente. **Como desenvolver a capacidade de ler.** Disponível em: <http://www.pedagobrasil.com.br/cantinho/vmartins2.htm>. Acesso em: 19/06/11.
- MESSEDER, Hamurabi. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/1996 com mais de 500 questões de provas anteriores.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- PARREIRAS, Ninfa. **Confusão de línguas na literatura: o que o adulto escreve, a criança lê.** Belo Horizonte: RHJ, 2009.

RAIMUNDO, Ana Paula Peres. **A mediação na formação do leitor**. In: CELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS. 3, 2007, Maringá. **Anais...** Maringá, 2009, p. 107-117.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 33ª edição. Campinas: Autores Associados, 2000.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **De olhos abertos**: reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil. São Paulo, Ática, 1991.

SILVA, Vera Maria Tietzmann. **Literatura infantil brasileira**: um guia para professores e promotores de leitura. 2ª ed. rev. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

SOUZA, Renata Junqueira de. (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**: o mediador em formação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 1998.